A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

PATRÍCIA HORA DE MELO

RESUMO

A ludicidade está presente diariamente nas salas de Educação Infantil, os jogos e as brincadeiras se tornaram parte fundamental e essencial para a infância, sendo um direito adquirido, mas nem todas as crianças têm acesso seja ela por falta do oferecimento da vaga na escola, questões sociais ou econômicas. A partir de tal afirmação surgiu a seguinte problemática: qual a relevância da ludicidade para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças que frequentam a Educação Infantil? Compreendendo a Educação Infantil como local de aprendizagem e desenvolvimento, não apenas do cuidar como é historicamente vista pela sociedade, nosso objetivo é descrever e discutir como a ludicidade é significativa para o aprendizado e desenvolvimento das crianças na Educação Infantil. Para tanto, foi realizado um estudo bibliográfico e documental sobre o tema proposto com o objetivo de elucidar a questão levantada, utilizando como base teórica autores como: Vygotsky (1984), Huizinga (1996), Brougère (2010) e documentos que garantem o direito a educação para a infância e regem seus conceitos, conteúdos e objetivos. A pesquisa utiliza como viés teórico a Psicologia Histórico-Cultural, em diálogo com autores que discutem a infância. O estudo está organizado em três tópicos que versam sobre a criança: educação infantil como direito, conceitos de aprendizagem e ludicidade na educação para a infância. A partir das análises realizadas considera- se que a criança historicamente era vista como propriedade da família e não como indivíduo com seus direitos garantidos na sociedade. A Educação Infantil não existia para promoção de sua aprendizagem de forma lúdica, respeitando as suas particularidades, contemplando a pluralidade cultural, visando o respeito às diferenças e a busca da igualdade. Conclui-se que brincar é um direito da criança que promove a sua socialização e o seu desenvolvimento integral.

Palavras-chave: Ludicidade; Educação infância; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O termo Ludicidade é utilizado e debatido por várias pessoas, em especial por professores pesquisadores da Educação Infantil. Segundo o dicionário Aurélio ludicidade significa: "qualidade do que é lúdico". Ludicidade são atividades de caráter livre, para que uma brincadeira seja considerada lúdica ela deve ser de escolha da criança participar ou não dela (HUIZINGA, 1996; BROUGÈRE 2010). A ludicidade não se delimita apenas aos jogos, as brincadeiras e aos brinquedos, ela está relacionada a toda atividade livre e prazerosa, podendo ser realizada em grupo ou individual.

As brincadeiras na Educação Infantil são atividades lúdicas bastante utilizadas pelos professores (as) nas salas de aula, elas representam muito mais do que um "faz de conta", é um momento privilegiado, que oferece as crianças a possibilidade de experimentarem situações novas, compartilharem experiências, bem como as preparam para superar novos desafios.

É por meio das brincadeiras que as crianças expressam seus sentimentos, aprendem que existem regras a serem respeitadas, se colocam no lugar do outro e expõem as relações do seu cotidiano. As brincadeiras permitem que o (a) professor (a) trabalhe com o concreto ou abstrato, permite diversas maneiras e formas de as crianças realizarem determinada atividade proposta, prevalecendo um aprendizado significativo e divertido.

Este estudo teve como objetivo descrever a importância da ludicidade na Educação Infantil. A pesquisa visa apresentar uma revisão bibliográfica sobre a relevância da ludicidade na Educação Infantil para o aprendizado e desenvolvimento das crianças que são sujeitos históricos, sociais e culturais. A partir das discussões e leituras acerca do tema proposto no artigo buscou-se responder ao problema de pesquisa: qual a relevância da ludicidade para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças que frequentam a Educação Infantil?

Para responder à questão que norteia nossa pesquisa elencamos três tópicos para discussão teórica e análise documental. O primeiro tópico aborda a Educação Infantil como direito da criança, dissertando sobre a visão da criança como propriedade dos pais, até o presente momento com a defesa da criança como cidadã. O segundo tópico trazemos conceitos da Psicologia Histórico-Cultural relacionados à aprendizagem e desenvolvimento da criança, processo que começa

logo que a criança nasce e passa a socializar com os sujeitos a sua volta e a cultura em que faz parte. O último tópico conceitua o que é jogo a partir de autores como Huizinga (1996), Brougère (2010) e Moyles (2010), e apresenta a relevância que a ludicidade tem para a aprendizagem da criança na Educação Infantil, a defesa por uma educação pautada no interesse da criança, tendo a ludicidade como forma prazerosa para o processo de ensino na infância.

EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: DIREITO DA CRIANÇA

A Educação Infantil como direito da criança gera muitos debates, há poucos anos a matrícula na Educação Infantil era direito dos responsáveis que trabalham e precisam de um lugar para seus filhos ficarem, mas foi modificado quando esse direito passou a ser da criança. Atualmente, qualquer criança pode ser matriculada, com o responsável trabalhando ou não, pois essa matrícula garante o seu direito.

Tal direito gera discussões do que é correto ou não, argumentos como: o responsável que trabalha acaba não conseguindo a vaga, perdendo para o outro que passa o dia em casa. O debate gira em torno do sujeito errado, a Educação Infantil não é para a família e responsáveis e sim para a criança, o direito é dela, a um ambiente que desenvolva sua autonomia, criatividade, confiança em si próprio, autoestima, ampliando suas relações com a sociedade e o meio.

A Educação Infantil, de acordo com a Constituição Federal de 1988, está sob responsabilidade dos Municípios, "§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil" (Art. 211 da Constituição Federal de 1998). A Educação Infantil está dividida entre a Creche (0 a 3 anos de idade) e a Pré-Escola (4 a 5 anos de idade), sendo obrigatória apenas a Pré-Escola. Pela não obrigatoriedade dessa fase da educação básica (0 a 3 anos) ela também não obriga o Estado a oferecer vaga para todos.

Cabe compreender que a Educação Infantil não é um local para o cuidar, como muitas vezes é visto, não é um ambiente criado para a criança ser cuidada até que seu responsável vá busca-la, e sim um ambiente para a aprendizagem e desenvolvimento da criança, não queremos dizer que não haverá nenhum tipo de cuidado, porque afinal ele é essencial, mas não é sua única responsabilidade.

Quando tratamos da garantia de direitos, faz-se necessário conceituar o que é cidadania, sendo ela "garantia de que todos os seres humanos têm direitos às produções materiais e sociais que, através do trabalho, ajudam a construir".

(PEREIRA; CINTRA, 2008, p. 16).

Os direitos adquiridos pelo cidadão valam, também, para a criança, é preciso que haja a compreensão delas como pessoas que devem ser respeitadas e não maltratadas. É dever da família, Estado e sociedade garantir que a criança tenha, prioritariamente acesso a:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Art. 227 da Constituição Federal de 1988, grifo nosso).

Ainda sobre a criança como cidadã Kramer (2003, p. 91) ao citar Pereira e Cintra (2008, p. 17) disserta que devemos ver a criança:

[...] não como filhotes do homem, ser em maturação biológica, que um dia se tornará adulto, pelo contrário, a criança tem suas particularidades que são próprias da infância. Logo é preciso ver [...] as crianças como cidadãs, pessoas que produzem cultura e são nelas produzidas, que possuem um olhar crítico que vira pelo avesso a ordem das coisas, subvertendo essa ordem.

Assim, a criança por si própria é detentora de seus direitos e a família, sendo responsável por ela até a maior idade, deve assegurar sua segurança, sua saúde e sua educação, caso não seja possível o Estado deve assumir tal papel. Com a Lei garantindo que nenhuma criança ficará desamparada, ter crianças moradoras de rua se torna inconstitucional, não é possível e nem permitido pela Lei que uma barbárie como essa ocorra, o que nos faz questionar, com tantas Leis garantindo seus direitos, por que ainda ocorre o abandono da família, Estado e sociedade?

A não visibilidade da criança como cidadã e não propriedade da família é histórica, foi apenas com a publicação da Lei n° 8.069, de 13 de Junho de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que a criança deixou de ser vista como uma propriedade do responsável para ter seus direitos assegurados como qualquer outra pessoa, tal Lei ajudou no combate aos abusos e maus-tratos que as crianças sofriam com seus familiares, apesar de estar longe de acabar.

O UNICEF reconhece que o ECA é um dos instrumentos legislativos mais avançados sobre o tema no mundo, pois recepcionou os princípios da Convenção Internacional sobre a Criança, bem como previu o entrelaçamento de parcerias entre governo e sociedade civil, ou seja, delineou linhas de ações e diretrizes políticos administrativas para o atendimento à criança e ao adolescente. (PEREIRA; CINTRA, 2008, p. 21).

Assim, é direito da criança a proteção, seja ela da família ou do Estado, os cuidados com a criança são, como está na CF de 1988, prioridade. Garantir que elas tenham onde morar, se alimentar, a saúde, a segurança e a afetividade, são passos obrigatórios para uma educação de excelência, uma formação para a aprendizagem e desenvolvimento, contemplando a pluralidade cultural e de ideias que permeia nosso país e o mundo, visando o respeito às diferenças e em busca da igualdade.

A RELAÇÃO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Para a compreensão da aprendizagem e do desenvolvimento dos sujeitos, partimos dos estudos de Vygotsky, nos baseando nos pressupostos da Teoria Histórico Cultural. Vygotsky ao longo da sua trajetória de estudos buscou compreender a origem e o desenvolvimento do homem, principalmente com relação ao desenvolvimento dos processos psicológicos e da história individual. Afirmava que o desenvolvimento e a aprendizagem caminham juntos e se relacionam, pois a constituição do sujeito é um movimento dialético entre ambas as concepções.

A teoria Histórica cultural parte do pressuposto que os sujeitos se desenvolvem por meios das interações nos processos de mudanças e transformações que ocorrem no meio em que vivem. O desenvolvimento também está inserido nas as práticas culturais e educativas, ambas levam consigo o processo de aprendizagem e as experiências dos sujeitos. Vygotsky buscou interpretar e ter como objeto de investigação do desenvolvimento a área da espécie, dos grupos culturais e dos indivíduos, em seus estudos fez algumas reflexões sobre vários aspectos da aprendizagem e do desenvolvimento.

Aprendizagem e desenvolvimento estão relacionados, pois a criança desde o ventre da mãe carrega consigo formas de aprendizado que serão desenvolvidas pelo social. O aprendizado é o que promove o despertar dos processos internos do desenvolvimento, que se faz importante no contado com os indivíduos para ocorrer esses processos, por exemplo, se um indivíduo vive em um grupo social onde a língua é o inglês e ao se descolar para um outro grupo social onde a língua é o português, ele estará passando pelo processo de aprendizado dessa nova língua, despertando e alterando o seu desenvolvimento interno, deixando claro que o aprendizado promove o desenvolvimento do sujeito e sua relação o ambiente sociocultural. A relação entre os indivíduos e importância das trocas sociais é muito enfatizada por Vygotsky, então ele formulou um conceito de Zona do Desenvolvimento Proximal.

Vygotsky classificou o desenvolvimento dos sujeitos buscando esclarecer melhor as relações de inter-relação. O Primeiro nível de classificação denominou de desenvolvimento real, ou seja, são as atividades que a criança consegue desenvolver sem nenhum tipo de ajuda, ou seja, de forma independente. Neste processo não ocorre a intervenção do adulto. Para Vygotsky são resultados de processos de desenvolvimento consolidados.

O segundo nível é classificado por Vygotsky como desenvolvimento potencial, que são atividades onde a criança necessita da intervenção ou colaboração de um adulto para conseguir realizá-la. Quando há uma intervenção do outro durante a ação, afeta significativamente o resultado da ação individual.

A distância entre o que a criança já é capaz de fazer de forma autônoma e aquilo que ela realiza com a intervenção de um indivíduo mais experiente caracterizouse de zona de desenvolvimento potencial ou proximal.

"A Zona de Desenvolvimento Proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão, presentemente, em estado embrionário" (VYGOTSKY. 1984, p. 97), ou seja, a Zona de Desenvolvimento Proximal é o percurso que o sujeito terá que percorrer para desenvolver as funções que estão em amadurecimento (desenvolvimento potencial) e que posteriormente serão funções consolidas (desenvolvimento real).

Segundo Vygotsky a interação social é importante no processo de construção das funções psicológicas humanas. O sujeito de desenvolve individualmente num ambiente social e nas relações com outros sujeitos. O contato entre os indivíduos, as intervenções e as trocas de experiências permitem que eles se constituam enquanto sujeitos que são capazes de pensar a realidade e transformá-la, os sujeitos que possuem mais experiências contribuem no processo de desenvolvimento daqueles que ainda são imaturos.

Durante seus estudos Vygotsky desenvolveu várias ideias a respeito dos processos de construção de funções psicológicas superiores dos sujeitos, essas ideias envolviam a presença do jogo, da fantasia, da brincadeira e como essas atividades lúdicas estão ligadas no processo das interações sociais na constituição do indivíduo. Nesse sentido, a escola é um lugar onde vários indivíduos se encontram num mesmo ambiente e tem a oportunidade de trocar relações, tem a função da construção e de instruir os sujeitos. O aprendizado é parte integrante da escola e ele é o grande impulsionador do desenvolvimento, porém é necessário que a escola reconheça os alunos adequadamente para conseguir realizar o seu trabalho de forma gratificante no intuito de auxiliar os alunos nas conquistas de novas possibilidades de novos estágios do desenvolvimento.

A escola busca estabelecer o processo de ensino aprendizagem por meio de atividades mediadas por professores no qual faz interferências na zona de desenvolvimento proximal para que ela consiga avançar na compreensão de mundo.

LUDICIDADE: JOGOS, BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS PARA PROMOÇÃO DA APRENDIZAGEM

A ludicidade está presente diariamente nas salas de Educação Infantil, os jogos e as brincadeiras se tornaram parte fundamental e essencial para a infância, sendo um direito adquirido, mas nem todas as crianças têm acesso. Ser criança pressupõe-se uma fase para brincadeiras, descobertas do mundo e aprendizagem para o desenvolvimento, alicerçada à segurança, à alimentação de qualidade, à educação e à saúde. Tal realidade não se aplica a todas as crianças, por diversas questões sociais e econômicas.

A presença da ludicidade na história humana é constante, desde que existimos somos seres lúdicos. Ainda, como afirma Juizinha (1996, s/p) "seria mais ou menos óbvio, mas também um pouco fácil, considerar 'jogo' toda e qualquer atividade humana", ou seja, a ludicidade faz parte da história do homem, sendo constituinte de sua identidade, história e cultura. Os jogos e as brincadeiras fazem parte da história do homem desde seus primórdios. Estudar a história humana é, também, um estudo da ludicidade. Os jogos e as brincadeiras não são inatos ao ser humano e sim desenvolvido entre eles:

A criança está inserida, desde o seu nascimento, num contexto social e seus comportamentos estão impregnados por essa imersão inevitável. Não existe na criança uma brincadeira natural. A brincadeira é um processo de relações interindividuais, portanto de cultura. É preciso partir dos elementos que ela vai encontrar em seu ambiente imediato, em parte estruturado por seu meio, para se adaptar às suas capacidades. A brincadeira pressupõe uma aprendizagem social. Aprende-se a brincar. A brincadeira não é inata, pelo menos nas formas que ela adquire junto ao homem. A criança pequena é iniciada na brincadeira por pessoas que cuidem dela, particularmente sua mãe. (BROUGÈRE, 2010, p. 104).

Ludicidade são atividades livres com as quais a criança tem a possibilidade de escolher o que ela quer fazer. A ludicidade surgiu muito antes da cultura, como cita

Huizinga (1996, p. 03) "o jogo é fato mais antigo que a cultura, pois está, mesmo em suas definições menos rigorosas, pressupõe sempre a sociedade humana; mas, os animais não esperaram que os homens os iniciassem na atividade lúdica".

Os jogos e as brincadeiras têm por característica a liberdade de escolha da criança, sendo voluntário e não imposto (HUIZINGA, 1996; BROUGÈRE, 2010). Os autores dissertam que:

Chegamos, assim, à primeira das características fundamentais do jogo: o fato de ser livre, de ser ele próprio liberdade. Uma segunda característica, intimamente ligada à primeira, é que o jogo não é vida "corrente" nem vida "real". Pelo contrário, tratasse de uma evasão da vida "real" para uma esfera temporária de atividade com orientação própria. Toda criança sabe perfeitamente quando está "só fazendo de conta" ou quando está "só brincando". (HUIZINGA, 1996, p. 11, grifos nosso). A brincadeira é, antes de tudo, uma confrontação com a cultura. Na brincadeira, a criança se relaciona com conteúdo culturais que ela reproduz e transforma, dos quais ela se apropria e lhes dá uma significação. A brincadeira é entrada na cultura, numa cultura particular, tal como ela existe num dado momento, mas com todo seu peso histórico. [...] A apropriação do mundo exterior passa por transformações, por modificações, por adaptações, para se transformar numa brincadeira: é liberdade de iniciativa e de desdobramento daquele que brinca, sem a qual não existe a verdadeira brincadeira. (BROUGÈRE, 2010, p. 82, grifo nosso).

Ainda conceituando, Brougère (2010), diferencia o jogo da brincadeira afirmando que o primeiro é uma atividade tanto de adultos quanto de crianças e o segundo é estritamente da criança. Jogos como xadrez e futebol podem ser jogados por qualquer faixa etária que deseja e tenha condições de participar, mas a brincadeira denota à infância, quando chegamos à idade adulta não nos permitimos mais brincar, é denominado "atividade de criança". Ainda sobre o jogo, o autor complementa:

Aquilo que é chamado de jogo (jogos de sociedade, de construção, de habilidades, jogos eletrônicos ou de vídeo...) pressupõe a presença de uma função como determinante no interesse do objeto e anterior a seu uso legítimo: trata-se de regra para um jogo de sociedade ou do princípio de construção (encaixe, montagem) para as peças de um jogo de construção. [...] É claro que os jogos de sociedade não são puras expressões dos princípios lúdicos, mas, após o Monopólio, são cada vez mais a representação de um aspecto da vida social, pelo menos quando não se referem a um universo imaginário. (BROUGÈRE, 2010, 13, grifo nosso).

A ludicidade é a forma da criança de aprender e se desenvolver, de se apropriar da cultura que a cerca de forma prazerosa, para que desperte o seu interesse. Para tanto, as atividades lúdicas não devem ser impostas, se assim for, perde sua principal característica, a liberdade de escolha, e o propósito de uma atividade baseada em seu interesse.

Atualmente, na Educação Infantil, a ludicidade sofre um dilema, nem sempre é entendida, muitas vezes vista apenas como uma atividade criativa, com cores, desenvolvida para a criança passar o tempo. O princípio básico de liberdade se perde. O planejamento que o docente deve seguir diariamente limita esse momento, é, muitas vezes, cobrado de-

les as atividades feitas por todas as crianças para que seja entregue para os pais, então, a criança tem pouca escolha do que deseja ou não fazer.

Como já citado a ludicidade não se restringe apenas aos jogos e as brincadeiras da infância, mas toda atividade livre que proporcione momentos de prazer acompanhado de aprendizagem, para que ela tenha a oportunidade de socializar com seus pares, uma vez que, as atividades lúdicas mexem tanto com o físico quanto com o emocional da criança, movimento e sentimentos caminham juntos.

O ato de brincar, nem sempre, precisa ser em conjunto com outras crianças. O brincar sozinho, sentar-se em um canto da sala com um brinquedo, não demonstra isolamento imposto e sim, a busca de um momento para si, tal qual nós adultos, em algum momento, precisamos. Outra característica a ser citada dos jogos e das brincadeiras é o foco no processo e não no resultado. Em ambos os casos não se busca um resultado, não sendo o principal objetivo deles, e sim as vivências e experiências adquiridas ao longo do ato de jogar e brincar, a apropriação cultural e simbólica, imaginação e criatividade.

O círculo humano e o ambiente formado pelos objetos contribuem para a socialização da criança e isso através de múltiplas interações, dentre as quais algumas tomam a forma de brincadeira ou, pelo menos de um comportamento reconhecido como tal pelo adulto. Esse comportamento pode ser identificado como brincadeira na medida em que não se origina de nenhuma obrigação senão daquela que é livremente consentida, não precedendo buscar nenhum resultado além do prazer que a atividade proporciona. A brincadeira aparece como a atividade que permite à criança apropriação dos códigos culturais e seu papel de socialização foi, muitas vezes, destacado. (BROUGÈRE, 2010, p. 65, grifo nosso).

Abordar a brincadeira na Educação Infantil é mais complexo do que aparenta, muitas vezes vista como uma atividade para o fim do dia letivo, para passar o tempo entre uma atividade pedagógica e outra ou a saída, não sendo devidamente valorizado na rotina. Brougère (2010) afirma que nenhum estudo até o presente momento pode comprovar os benefícios que ela traz para a criança e sua aprendizagem. Moyles (2010) argumenta que, mesmo não tendo nada certo, podemos afirmar que, pelo menos, a brincadeira mantem a criança em movimento.

Assim, a brincadeira além de proporcionar momentos de socialização entre outras crianças, adultos, também proporciona momentos de relação com a cultura e as práticas sociais. O brinquedo possui valor simbólico para a criança, muitas vezes remetendo a algo que ela conhece, como desenhos, jogos e filmes, que atualmente influi diretamente na brincadeira infantil. A brincadeira por si pode ser considerada universal, a criança vai brincar estando em um meio social, se relacionando com outros sujeitos, o modo como brinca, com o que brinca e do que brinca modifica-se culturalmente. A cultura é um fator determinante na concepção do brinquedo e da brincadeira.

A partir disso, entende-se a importância tanto dos jogos quanto das brincadeiras para a criança, já que é nos primeiros anos que elas se apropriam da cultura ao seu redor, é na infância que ela é introduzida socialmente, desenvolvendo a linguagem e seu comunicando com outros. "A brincadeira aparece como a atividade que permite à criança a apropriação dos códigos culturais e seu papel na socialização foi, muitas vezes, descartado". (BROUGÈRE, 2010, p. 65).

Os estudos sobre essa área temática vêm desmistificando essa ideia baseada puramente em senso comum, de que não há valor pedagógico nenhum nela. Ainda, Brougère (2010) disserta sobre as incertezas quando se trabalha com as atividades lúdicas, sendo elas especificamente jogos e brincadeiras.

A defesa pela valorização da infância e seu direito de ser vivida começa com a luta pelo brincar para as crianças. Em um país que mais de três milhões de crianças e adolescentes trabalham, sendo uma realidade que mostra a desigualdade presente no Brasil, à brincadeira é vista como perda de tempo. O trabalho infantil não prejudica apenas o direito a brincadeira, ao lazer das crianças, mas, também, a educação e o descanso necessário, colocando-as em perigo, trabalhando em condições insalubres. Compreender a importância da ludicidade, lutar pelo direito a infância e a Educação Infantil vem como uma forma de tentar minimizar as desigualdades que tanto prejudica a infância.

CONCLUSÃO

Considera-se a partir desse estudo que toda criança possui a necessidade de descobrir o mundo por meio da brincadeira, dos jogos e das atividades de liberdade que proporcionam prazer a elas, pois se sentem livres quando podem usar sua imaginação simbólica, expressar suas fantasias, emoções, desejos e experiências, é por meio destes instrumentos que elas entram em contato e assimilam o real do imaginário, realizando um contato com o meio social.

As crianças se desenvolvem nas relações sociais, elas aprendem para depois se desenvolverem, o tempo que ela permanece na zona de desenvolvimento retratada por Vygotsky é muito importante e deve ser respeitado. Toda criança tem o direito de ser criança e deve ser exigido aquilo que proporciona cuidado e bem estar social, pois nos séculos passados foram tratadas durante

muito tempo como sujeitos sem voz, como um adulto em miniatura e não tinham direito algum. Felizmente, hoje existem leis que reconhecem o que é infância e os verdadeiros direitos das crianças, cabe a família e ao Estado zelar e firmar esses direitos.

Os professores devem valorizar o brincar na Educação Infantil, pois é por meio dele que as crianças vão internalizar diversas situações presentes no meio em que estão inseridas. Muitas vezes o professor (a) não tem facilidade em desenvolver um conteúdo com as crianças, não se sente motivado, portanto, se repensar na sua forma de ensinar ele irá perceber que necessitará de atividades que vão além do papel, do computador ou do lápis.

Assim, conclui-se que a ludicidade é relevante na educação para infância por proporcionar momentos de socialização entre as crianças, pois se relacionam com o meio social e cultural, a partir dos jogos e das brincadeiras eles se apropriam das regras sociais, se relacionam com instrumentos e signos que medeiam à aprendizagem para o seu desenvolvimento. A ludicidade permite que a criança tenha voz na escolha das atividades que deseja fazer, tornando-a mais prazerosa e significativa, porém na escola cabe ao professor acompanhá-las e motivá-las.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

BROUGÈRE, G. Brinquedo e cultura. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Dicionário do Aurélio. Disponível em:< https://dicionariodoaurelio.com/ludicidade>. Acesso em: 22 jan. 2021.

HUIZINGA, J. Homo Ludens. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996, 236p.

MOYLES, J. Só brincar? O papel do brincar na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2010.

PEREIRA, J. H. do V.; CINTRA, R. C. G. G. Educação Infantil, Cidadania e Educação Inclusiva. Cuiabá: Edufmt, 2008. 92 p.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.